



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

ELINE ISABELLE OLIVEIRA REIS

A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA SAÚDE MENTAL INFANTIL

Brasília - DF
2023

ELINE ISABELLE OLIVEIRA REIS

A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA SAÚDE MENTAL INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia
como requisito final para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional

Professor Orientador: Profa. Dra. Maria de Nazareth
Rodrigues Malcher de Oliveira Silva

ELINE ISABELLE OLIVEIRA REIS

A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA SAÚDE MENTAL INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia
como requisito final para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional.

Data da aprovação: DD/MM/AAAA

Profa. Dra. Maria de Nazareth Rodrigues Malcher de Oliveira Silva
Orientadora - Professora da Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB)

Amália Moreira Saúde
Terapeuta Ocupacional na Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES DF)

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Universo pelas oportunidades maravilhosas que tem me proporcionado.

Agradeço aos meus pais, Clever e Alessandra por todo amor, apoio e compreensão durante essa minha caminhada (um pouco longa) na Universidade.

Agradeço a minha irmã, Marcelly Cristini, por me motivar e estar ao meu lado.

A minha família e parentes, por todo apoio que sempre deram durante toda a minha vida.

Aos amigos e colegas que fiz durante a Graduação, em poder vivenciar e partilhar momentos de alegrias, frustrações e aprendizagens.

Aos companheiros de luta, que tive o prazer de acompanhar e batalhar nas três gestões do Centro Acadêmico de Terapia Ocupacional (TTotalizar, Filhxs de Nise e Flores de Aurora) em prol do movimento estudantil e da profissão.

Agradeço à minha orientadora, Nazareth Malcher, pela paciência e suporte, em me auxiliar nessa jornada.

A todos aqueles que sempre me incentivaram a retornar a Universidade e constantemente falarem que “a Terapia Ocupacional é a minha cara”. Vocês foram essenciais para que eu pudesse concluir essa etapa.

Obrigada a todos por acreditarem em mim quando nem eu mesma fui capaz disso!

Folha de Rosto



Interinstitutional Brazilian Journal of Occupational Therapy



Capa > Sobre a revista > Submissões

Submissões

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Declaração de Direito Autoral](#)
- [Política de Privacidade](#)

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO? [ACESSO](#)

Não tem login/senha? [ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

Orientações gerais para a submissão:

A REVISBRATO não cobra a submissão, avaliação, revisão, tradução e publicação de artigos. Todo o processo editorial é gratuito para os(as) autores(as).

A submissão do manuscrito deverá respeitar as diretrizes indicadas pelo corpo editorial na página ["instrução aos autores"](#). Os artigos que não atenderem aos itens mencionados serão devolvidos aos(as) autores(as) para adequação.

É sugerido aos(as) autores(as) que façam um checklist quanto à estrutura do artigo e as normas indicadas antes de submetê-lo a revista.

É recomendado que os autores sigam as orientações abaixo (de acordo com a Equator Network) antes de enviar seu manuscrito:

- [CONSORT](#) (ensaaios clínicos controlados e randomizados)
- [PRISMA](#) (revisões sistemáticas e meta-análises)
- [STROBE](#) (estudos observacionais)
- [CARE](#) (relatos de caso)
- [AGREE](#) (diretrizes para prática clínica)
- [SRQR](#) (pesquisa qualitativa)

Os manuscritos deverão ser submetidos no seguinte endereço eletrônico: <https://revistas.ufjf.br/index.php/ribto>

Além do manuscrito (documento principal) os(as) autores(as) devem anexar como documento suplementar: a Folha de Rosto; a Declaração de direito autoral e conflito de interesse; e a aprovação em Comitê de Ética (quando aplicável).

Todos os(as) autores(as) devem ser cadastrados nos Metadados seguindo a mesma ordem de autoria informada no texto submetido.

O periódico adota o sistema *Plagius* para verificação de indícios de plágio nos textos submetidos antes de iniciar o processo de avaliação.

1. Estrutura do Manuscrito (texto)

ATENÇÃO: NO CORPO DO TEXTO NÃO DEVE CONTER NENHUMA INFORMAÇÃO QUE IDENTIFIQUE OS(AS) AUTORES(AS).

Para garantir o anonimato, coloque entre parêntese no local das informações que possam identificar os autores (informação suprimida). Após a correção e aprovação pelos pares, será solicitado o envio das informações para a edição de texto.

Os manuscritos podem ser apresentados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Devem ser digitados em arquivo Microsoft Word 2007 ou posterior, folha tamanho A4, margens estreitas de 1,27 cm, espaço do texto de 1,5 entre linhas (com espaço antes e após o parágrafo), letra verdana, tamanho 10. Todos os parágrafos devem começar na coluna 1, sem tabulação (recuo de parágrafo) e justificado. Os títulos das partes devem seguir a mesa ordem dos tópicos dos resumos.

2.1. Título

O título deve estar em letra verdana, tamanho 10, negrito e caixa alta, centralizado em relação ao texto. Deve ser conciso e informativo. obrigatoriamente deve ser escrito em três línguas: português, inglês e espanhol.

2.2. Resumo

Devem preceder o texto e obrigatoriamente ser escritos nas três línguas: português, inglês e espanhol. Não devem ser incluídas as referências no resumo. Não colocar abreviações ou siglas. Devem conter o mínimo e o máximo de palavras indicadas em cada seção.

2.3. Palavras-chave (Descritores).

De três a seis, escritas nas três línguas obrigatórias, apresentadas após cada resumo. As palavras-chave devem vir separadas por ponto final "." e obrigatoriamente devem ser consultados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e/ou a Unesco Thesaurus para verificar a validação dos descritores.

OPEN JOURNAL SYSTEM

Ajuda do sistema

USUÁRIO

Logado como:

ethelabelle
 • [Minha bibliotec](#)
 • [Inici](#)
 • [Sair do sistema](#)

NOTIFICAÇÕES

• [Visualizar](#)
 • [Gerenciar](#)

IDIOMA

Selecione o idioma:

Português (Brasil) ▼

Submeter

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Escreva sua busca

Todos ▼

Procurar

• [Por Editor](#)
 • [Por Autor](#)
 • [Por Título](#)
 • [Outras opções](#)

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

• [Para leitores](#)
 • [Para Autores](#)
 • [Para Bibliotecários](#)

PALAVRAS-CHAVE

[Atividade/Verdade/Construção Social](#)
[Ciências da Saúde: Evidências](#)
[Ciências Sociais II: Educação](#)
[Cuidados Cuidado: Educação](#)
[Ensino Superior: Avaliação](#)
[Ensino Superior: Gestão](#)
[Ensino Superior: Qualidade](#)

Terapia

Ocupacional
 Terapia Ocupacional
 Terapia ocupacional: Terapia
 Social: Terapia, Terapia: terapia
 ocupacional

A ATUAÇÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA SAÚDE MENTAL INFANTIL

Resumo

O estudo tem como foco temático a inserção de Terapeutas Ocupacionais nos serviços de saúde mental infantil. Com objetivo de identificar os cenários, as abordagens desenvolvidas e os recursos terapêuticos utilizados pelos profissionais. Trata-se de um estudo qualitativo, de revisão narrativa da literatura, de materiais coletados nas bases de dados. Foram selecionados 10 artigos e 3 teses, onde identificou-se similaridades, distinções e especificidades sobre a atuação da terapia ocupacional no campo da saúde mental de crianças. Os resultados obtidos evidenciaram que a Terapia Ocupacional se insere em diversos dispositivos de saúde e educação com enfoque na promoção, proteção e cuidado da saúde mental infantil. Sendo os modelos psicodinâmico e lúdico mais utilizados nas abordagens de intervenção, e o brincar com maior predominância na utilização como recurso terapêutico. Nota-se que a atuação de Terapeutas Ocupacionais tem contribuído diretamente no campo da saúde mental infantil, porém torna-se necessário mais estudos que possibilitem evidenciar as práticas destes profissionais.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Saúde Mental. Psiquiatria Infantil.

THE ROLE OF OCCUPATIONAL THERAPY IN CHILDREN'S MENTAL HEALTH

Abstract

The study focuses on the inclusion of Occupational Therapists in child mental health services. In order to identify the scenarios, the approaches developed and the therapeutic resources used by the professionals. This is a qualitative study, a narrative review of the literature, of materials collected in the databases. Ten articles and three theses were selected, which identified similarities, distinctions and specificities about the performance of occupational therapy in the field of children's mental health. The results showed that Occupational Therapy is part of several health and education devices with a focus on the promotion, protection and care of children's mental health. Being the psychodynamic and ludic models more used in the intervention approaches, and playing with greater predominance in the use as a therapeutic resource. It is noted that the work of Occupational Therapists has directly contributed to the field of child mental health, but further studies are needed to highlight the practices of these professionals.

Keywords: Occupational therapy. Mental health. Child Psychiatry.

EL PAPEL DE LA TERAPIA OCUPACIONAL EN LA SALUD MENTAL INFANTIL

Resumen

El estudio se centra en la inclusión de Terapeutas Ocupacionales en los servicios de salud mental infantil. Con el fin de identificar los escenarios, los abordajes desarrollados y los recursos terapéuticos utilizados por los profesionales. Este es un estudio cualitativo, una revisión narrativa de la literatura, de los materiales recogidos en las bases de datos. Se seleccionaron diez artículos y tres tesis, que identificaron semejanzas, distinciones y especificidades sobre la actuación de la terapia ocupacional en

el campo de la salud mental infantil. Los resultados mostraron que la Terapia Ocupacional forma parte de varios dispositivos de salud y educación con foco en la promoción, protección y cuidado de la salud mental de los niños. Siendo los modelos psicodinámicos y lúdicos más utilizados en los planteamientos de intervención, y jugando con mayor predominio en el uso como recurso terapéutico. Se observa que el trabajo de los Terapeutas Ocupacionales ha contribuido directamente en el campo de la salud mental infantil, pero se necesitan más estudios para resaltar las prácticas de estos profesionales.

Palabras clave: Terapia ocupacional. Salud mental. Psiquiatría infantil.

INTRODUÇÃO

Durante a infância o sujeito é exposto a diversas situações do cotidiano ao mesmo tempo que enfrenta mudanças físicas, fisiológicas, psíquicas e emocionais. Para além de condições de saúde mental congênitas, o cenário de descoberta, experimentação e desenvolvimento pode ser moldado negativamente por diversos fatores, sobretudo pela ocorrência de episódios traumáticos (Mesman et al 2021).

Ramires et al (2009) destaca que os problemas de saúde mental na infância prejudicam o desenvolvimento da criança e estão frequentemente associados a prejuízos psicossociais na idade adulta. Assim, as intervenções neste contexto tornam-se extremamente importantes e devem ser entendidas como fatores preventivos e promotores de saúde a longo prazo.

Apesar da literatura possuir divergências referente a epidemiologia dos transtornos mentais na infância, verifica-se que as taxas variam de 10 a 20% das crianças e adolescentes no mundo enfrentam algum tipo de transtorno ou sofrimento psíquico, em maior ou menor grau. Estima-se também, fora do Brasil, que cerca de 12% das crianças e adolescentes têm algum prejuízo funcional devido a transtornos mentais (Almeida, 2019).

Gonçalves et al (2015) considera que a promulgação de duas leis foram peças fundamentais na construção de novas políticas de cuidados voltadas para a infância no campo da saúde mental, reconhecendo a criança como cidadã de direitos. Sendo elas, a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à saúde e responsabiliza a família, o Estado e a sociedade em garantir os direitos fundamentais das crianças. E a criação da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A saúde mental infantil e o percurso histórico das políticas públicas

Historicamente a ideia higienista foi referência na saúde mental infantil no Brasil, favorecendo predominantemente as institucionalizações como locais para o cuidado e por vezes sendo alocados juntamente com adultos (Brasil, 2005; Cunha & Boarini, 2011). Mas na maioria dos casos as crianças e adolescentes com questões de saúde mental eram inseridas em abrigos e instituições filantrópicas, que não faziam parte do sistema de saúde (Couto & Delgado, 2015).

Somente após a Reforma Psiquiátrica brasileira, que ocorreu em paralelo a Reforma Sanitária, começaram a questionar os serviços asilares que funcionavam mais como segregadores, ampliando assim espaços de discussões para criação e mudanças nas políticas públicas (Fraga et al, 2006). Porém, segundo Vicentin (2006) e Couto et al (2008), as ações das novas propostas contemplavam predominantemente os adultos e a inclusão de crianças nas pautas de políticas públicas no campo da saúde mental se deram tardiamente, tanto no Brasil como em outros países.

Na 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 1987, a maioria das propostas estavam voltadas para a desconstrução de hospitais com modelos asilares, não atingindo consequentemente o público infantojuvenil, já que esses estavam alocados em instituições que não eram ligados tradicionalmente à saúde. E na 2ª Conferência, em 1992, levantaram a importância da desinstitucionalização de crianças e adolescentes que estavam nas instituições de assistência, mas ainda não descrevia ações a serem tomadas. Somente em dezembro de 2001, na 3ª Conferência, em que reuniram diversos profissionais para discutir sobre a importância de iniciar e fortalecer ações na atenção à saúde mental infantojuvenil, priorizando um atendimento mais humanizado, propondo serviços dentro do território e com equipes multiprofissionais (Brasil, 2005; Jorge et al, 2014). Estando em consonância com a Lei nº 10.216 de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e direitos de pessoas com transtornos mentais, priorizando a assistência integral à saúde mental e prevê que as internações psiquiátricas devem ocorrer somente quando os recursos extra hospitalares não forem suficientes.

Derivado a essas discussões, em de 19 de fevereiro de 2002, é promulgado a Portaria GM/MS nº 336 que normatiza os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis – CAPSi, sendo serviços de base comunitária para crianças e adolescentes com quadros graves e persistentes de transtornos mentais e intenso sofrimento psíquico.

Em 2004, institui-se o Fórum Nacional de Saúde Mental Infantojuvenil, pelos setores governamentais e não governamentais, com objetivo de ampliar as discussões referentes aos princípios e diretrizes de uma Política Pública de Saúde Mental voltadas para as crianças e adolescentes, com o objetivo de consolidar as redes de serviços (Brasil, 2005).

Após nove anos, em 2010, ocorreu a IV Conferência Nacional de Saúde Mental com a participação de usuários, trabalhadores e vários outros setores, tendo o relatório final mais extenso quando comparado com a dos anos anteriores, e sendo reafirmadas várias propostas das outras conferências. Mantendo como pauta principal a atenção integral e intersetorialidade, e o CAPSi sendo o serviço de base comunitária responsável, mas não o único, de agenciar e ordenar as demandas de saúde mental infantojuvenil no território (Brasil, 2010).

De acordo com Vicentin (2006), todas essas transformações nos serviços de saúde mental infantojuvenil preconizou o cuidado intersetorial. E segundo Wachholz & Mariotti (2009) os novos dispositivos tem como objetivo acolher as demandas com proposta voltada na (re)inserção social do sujeito.

Terapia Ocupacional e a prática na saúde mental infantil

Mângia & Nicácio (2001) aponta que as práticas no campo da saúde mental deram-se início com pessoas institucionalizadas, em serviços asilares e tendo como base o tratamento moral, de intervir apenas na doença e nos sintomas. A partir das discussões da Reforma Psiquiátrica e a desinstitucionalização, dois referenciais se destacam na atuação da Terapia Ocupacional, sendo eles “a socioterapia e a psicodinâmica”. Proporcionando, portanto, novos olhares no objeto de intervenção, propondo assim uma intervenção pautada no sujeito e no cotidiano.

Com relação ao atendimento de crianças, Matsukura (2007) aponta que no início as práticas da Terapia Ocupacional se assemelhavam com a de outros profissionais que atuavam no campo da saúde mental infantil, norteadas na reeducação, na psicoterapia e nas teorias de aprendizagem.

Nessa trajetória de criação e remodelação da atenção à saúde mental fica evidente a relevância da atuação de Terapeutas Ocupacionais neste campo, uma vez que um dos objetivos destes profissionais é a busca pela autonomia e independência considerando o campo social em que estes sujeitos estão inseridos (Wachholz & Mariotti, 2009). As práticas desenvolvidas por Terapeutas ocupacionais segundo Ribeiro & Machado (2008, v.19, p. 74) “não devem ser apenas um instrumento de intervenção para controle e eliminação do mal-estar psíquico, ela deve contribuir para que a vida coletiva e as existências individuais sejam mais interessantes, abertas e criativa”.

Apesar da expansão no campo da saúde mental infantil, existem práticas e intervenções que são utilizadas sem o embasamento científico adequado. Deste modo, este estudo se justifica por ser uma valorosa contribuição no caminho de avaliação crítica da literatura disponível sobre o assunto.

Este estudo teve como objetivo identificar a atuação da Terapia Ocupacional no campo da saúde mental infantil, e desta forma, descrever as abordagens desenvolvidas pelo Terapeutas Ocupacionais, caracterizar os recursos terapêuticos utilizados e discorrer sobre as possibilidades de atuação nos serviços de saúde mental infantil.

MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, que segundo Creswell (2010) explora e compreende o significado de um fenômeno no contexto em que se está inserido. Para isso, utilizou como estratégia de pesquisa a revisão de literatura do tipo narrativa que apresenta uma temática mais ampla e flexível em sua confecção, não sendo necessário seguir um protocolo rígido em sua produção (Cordeiro, 2007).

Utilizou-se como descritores Terapia Ocupacional, Saúde Mental, Criança, Psiquiatria infantil e Serviços de saúde mental, selecionados em pesquisa de descritores na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), empregando também moderadores booleanos AND e OR.

A pesquisa foi realizada nas bases de dados: Scielo (Scientific Electronic Library Online), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Revista Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO), Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional (UFSCar) e Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP).

Foram selecionadas publicações em português, sem tempo determinado, que apresentaram no título e/ou resumo descritores e tema do estudo. Como critério de exclusão foram descartadas publicações não disponíveis em textos completos e que no título e resumo não contemplaram a temática, além de estudos desenvolvidos com adolescentes, adultos e idosos ou que não especificaram a atuação de Terapeutas Ocupacionais.

Após a seleção dos artigos, foi realizado o tratamento dos dados em duas planilhas temáticas, uma sobre perfil da literatura, com os autores, ano de publicação, tipo de estudo, abordagem metodológica e estratégia de pesquisa e outra sobre conteúdo, com os itens cenário de atuação, especificidade saúde mental, abordagem da terapia ocupacional, recursos terapêuticos utilizados e os principais resultados.

Os dados organizados nas planilhas foram analisados de modo quantitativo, por meio de frequência numérica simples e de modo qualitativo, utilizando a análise de conteúdo temático de Bardin (2011), observando as similaridades, distinções e especificidades nas variáveis temáticas levantadas na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para esta revisão foram selecionados dez artigos e três teses. E os resultados do estudo serão apresentados de acordo com o perfil da literatura e sobre os conteúdos relacionados à temática.

O perfil bibliográfico encontrado sobre a Terapia Ocupacional no campo da saúde mental infantil mostrou-se diversificado, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Perfil bibliográfico da literatura

Conteúdo	Características	N=13 (100%)
Ano	2008 – 2012	3 (23%)
	2013 - 2017	4 (30,8%)
	2018 – 2022	6 (46,2%)
Tipo de estudo	Empírico	12 (92,3%)
	Teórico	1 (7,7%)
Abordagem de pesquisa	Qualitativo	10 (77%)
	Misto	3 (23%)
Estratégia de pesquisa	Relato de experiência	7 (53,8%)
	Narrativa	2 (15,4%)
	Estudo de caso	2 (15,4%)
	Fenomenológica	1 (7,7%)
	Revisão sistemática	1 (7,7%)
Instrumento de pesquisa	Informaram	8 (61,5%)
	Não informaram	5 (38,5%)
Análise de dados	Qualitativo	9 (69,2%)
	Misto	4 (30,8%)

Fonte: Pesquisa (2023)

Observou-se o predomínio de estudos feitos nos últimos 4 anos (46,2%), utilizando metodologia empírica (92,3%), de abordagem qualitativa (77%), com estratégia de relato de experiência (53,8%), especificando diversos instrumentos (61,5%), e de uma análise qualitativa (69,2%).

Nem todos os estudos citaram o instrumento de pesquisa que utilizaram, os que informaram usaram entrevista semiestruturada, questionário, material audiovisual (filmagens) ou análise documental (diário de campo e artigos) como estratégia para coleta de dados. Tais instrumentos são descritos por Creswell (2010), e comumente usados pelos pesquisadores na coleta e registro das informações nas pesquisas qualitativas.

Os resultados do conteúdo possibilitaram caracterizar o cenário, a abordagem, e os recursos utilizados na Terapia Ocupacional, mostrando a diversidade no campo da saúde mental na infância.

Tabela 2. Caracterização do cenário, abordagem e recursos da Terapia Ocupacional na saúde mental infantil

Categorias	Conteúdos	Quantidade de estudos
Cenário	Atenção Básica	4
	Atenção Psicossocial Estratégica	4
	Atenção Hospitalar	3
	Unidade de educação infantil	3
	Atenção Residencial de Caráter Transitório	2
Abordagem da TO	Psicodinâmico	6
	Modelo lúdico	5
	Ocupação Humana	3
	Desenvolvimentista/habilitadora	1
	Psicoterápico	1
	Reabilitadora	1
	Terapia Ocupacional Dinâmica	1
	Prática Baseada no Cliente	1
	Desempenho Ocupacional	1
	Integração sensorial	1
Recursos utilizados pela TO	Brincar	8
	Atividades grupais	7
	Análise de atividade	2
	Orientação sobre AVD's	1
	Mapas corporais	1
	Entrevistas semiestruturadas	1

Fonte: Pesquisa (2023)

Referente aos cenários, observa ser bem amplo as possibilidades de locais de atuação da Terapia Ocupacional. As abordagens também demonstraram diversidades, sendo os modelos psicodinâmico e lúdico os mais utilizados. O brincar e atividades grupais são consideravelmente os recursos mais usados nas avaliações e/ou intervenções.

Os cenários foram identificados e apresentados conforme a Portaria nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, e estabelece a organização dos pontos de atenção para o atendimento de “pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas” em todos os níveis setoriais no Sistema Único de Saúde - SUS. Sendo eles estruturados e divididos em: atenção básica, atenção psicossocial estratégica, atenção de urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, atenção hospitalar, estratégia de desinstitucionalização e estratégia de reabilitação psicossocial.

De acordo com a Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, atenção básica é composta de dispositivos territoriais, caracterizando-se na principal porta de entrada na atenção à saúde, tendo como um dos objetivos as ações de prevenção e promoção ao cuidado para os grupos vulneráveis, dentre eles estão incluídas as crianças. Portanto, a atuação da terapia ocupacional que está inserida no campo da atenção básica tem sua prática voltada na proteção e promoção da saúde mental de crianças (Bontempo & Lobato, 2022; Bueno, 2021; Matsukura, 2010; Taípe, 2019), sendo similar com os objetivos de intervenção de terapeutas ocupacionais que atuam nas unidades de educação infantil (Fernandes; Souza, 2019; Padovan, 2014).

A escola mesmo não sendo um equipamento de saúde, é um espaço social de grande importância para o desenvolvimento infantil que deve ser considerado na ação de cuidado quando se pensa em território (Brasil, 2005) por esse motivo foi incluído nas possibilidades de cenário de atuação mesmo não compondo a RAPS. Para Fernandes & Souza (2019), as ações da terapia ocupacional nas escolas estão voltadas para uma prática intersetorial, que envolve os educadores e familiares na prevenção e promoção ao cuidado à saúde mental infantil.

As ações da terapia ocupacional na atenção hospitalar citada por Ribeiro (2008), Lopes & Corrêa (2013) e Padovan (2014) foram realizadas com crianças que estavam hospitalizadas devido a questões que não estavam relacionadas à saúde mental, mas que devido a internação, os profissionais identificaram sofrimento psíquico proveniente da quebra de rotina e distanciamento dos familiares, amigos e escola. Segundo Giardinetto (2009) e Silva (2020) a Terapia Ocupacional no contexto hospitalar constitui a sua prática através do brincar, considerando esta atividade a principal ocupação da infância, permitindo à criança se aproximar do seu cotidiano e promovendo o desenvolvimento humano.

Na atenção psicossocial estratégica retratada na literatura encontrada, a prática da Terapia Ocupacional utilizou-se principalmente das atividades grupais com as crianças e (Farias, 2021; Jurdi, 2014; Bueno, 2013; Padovan 2014) com seus familiares (Jurdi, 2014). Proporcionando a participação social e desenvolvendo atividades do cotidiano e se assemelhando com a atenção residencial de caráter transitório. Que a atuação da Terapia Ocupacional segundo Leandro & Pereira (2009) e Padovan

(2014), tem um olhar para o ambiente em que a criança está inserida, compreendendo sua subjetividade e contribuindo na valorização do cotidiano infantil.

As possibilidades de atuação do Terapeuta Ocupacional na saúde mental infantil são diversas, como pode ser observado na literatura resgatada pelo presente estudo, estando esses profissionais atuando dentro da escola e nos diferentes níveis de atenção que compõem a RAPS. Um dos marcos na definição dessas possibilidades, é a Resolução nº 408 de 18 de agosto de 2011 (COFFITO, 2011), que dispõe sobre a especialidade profissional "Terapia Ocupacional em Saúde Mental" e regulamenta sua inserção em todos os níveis de atenção à saúde.

Com relação as especificidades da saúde mental infantil mais comumente encontradas na literatura selecionada foram o sofrimento psíquico (Lopes & Corrêa, 2013; Jurdi; Padovan, 2014; Souza, 2019; Bontempo & Lobato, 2022), transtornos emocionais (Bueno, 2013; Padovan, 2014; Taipe, 2019), transtornos comportamentais (Bueno, 2013; Padovan, 2014) e Transtorno do Espectro Autista – TEA (Matsukura, 2010; Padovan, 2014). Segundo Almeida (2019), o diagnóstico clínico por si só não é suficiente para identificar as necessidades reais das crianças, sendo importante considerar o contexto cultural e social.

Ao analisar os resultados duas abordagens se destacaram como modelo de atuação, sendo uma delas a psicodinâmica que segundo Benetton (1991) caracteriza-se "pela observação, elaboração e intervenção sobre a dinâmica que se estabelece entre a realidade externa e a realidade interna" a partir da proposta de uma trilha associativa no campo transferencial entre paciente-atividade-terapeuta. Os estudos que fundamentaram as práticas na abordagem psicodinâmica utilizaram-se de grupos como espaços de expressões através das atividades (Farias, 2021; Fernandes, 2019; Jurdi, 2014; Matsukura, 2010; Ribeiro, 2008).

A segunda abordagem mais utilizada foi o modelo lúdico. Caracterizando-se como um novo olhar sobre o brincar como recurso de intervenção nas práticas de Terapeutas Ocupacionais (Zen & Omairi, 2009). O brincar foi predominantemente mencionado como recurso terapêutico nas intervenções da Terapia Ocupacional, sendo citados por Bontempo & Lobato (2002), Bueno (2013), Bueno (2021), Leandro & Pereira (2009), Lopes & Corrêa (2013), Matsukura (2010), Padovan (2014) e Taipe (2019). De acordo com Taipe (2019) e Zen & Omairi (2009), o brincar utilizado como recurso terapêutico ou papel ocupacional é fundamental para o acompanhamento da criança e desempenha papel significativo no desenvolvimento infantil.

Vale ressaltar que o brincar é uma atividade importante na infância, não apenas como proposta de intervenção, sendo um direito garantido para todas as crianças pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA). Conforme o artigo 16º, inciso IV, a criança tem "o direito à liberdade" de brincar. E segundo Winnicott (1975), o brincar permite à criança vivenciar e explorar a liberdade criativa, possibilitando a construção de si e favorecendo o desenvolvimento.

Os estudos também apresentaram as atividades grupais como um dos recursos terapêuticos utilizados por Farias (2021), Fernandes (2019), Bontempo & Lobato (2002), Bueno (2013), Bueno (2021), Jurdi (2014), Leandro & Pereira (2009), Lopes & Corrêa (2013). Segundo Barata et al (2010), os grupos

terapêuticos são uma das estratégias interventivas bastante utilizadas na Terapia Ocupacional no contexto de saúde mental. Para Brunello (2002) cabe ao terapeuta ocupacional a dinâmica grupal de se “fazer junto”, analisando a interação dos participantes e a realização da atividade.

Para Bueno (2021), a atuação de Terapeutas Ocupacionais é influenciada de acordo com o dispositivo de saúde mental infantil que estão inseridos demonstrando que os métodos e abordagens realizados podem ser distintos ou similares. Em que o foco de sua intervenção se dará de acordo com as especificidades da criança e características dos locais.

Com sua diversidade, os profissionais da terapia ocupacional têm demonstrado ser essenciais nos serviços de saúde mental infantil, promovendo um olhar para além do quadro clínico, proporcionando o desenvolvimento da criança (Lopes & Corrêa 2013; Padovan, 2014). Compreendendo as subjetividades do sujeito, considerando os familiares e comunidade em que estão inseridos (Ribeiro, 2008) como atores e potencialidades para o desenvolvimento da criança (Fernandes, 2018).

E apesar do aumento do número de publicações nos últimos anos referente a inserção da terapia ocupacional na saúde mental infantil, verifica-se a necessidade de mais estudos para expor e descrever as práticas destes profissionais. Possibilitando caracterizar e compreender as ações que estão sendo empregadas pelos terapeutas ocupacionais, e como as especificidades influenciam na construção profissional (Bueno, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento bibliográfico nacional foi possível verificar poucas publicações que caracterizassem a inserção dos Terapeutas Ocupacionais, demonstrando e exemplificando como tem se desenvolvido suas práticas. Os estudos localizados foram predominantemente publicados por estudantes, fazendo um relato de experiência de suas vivências, constatando poucas publicações produzidas por profissionais.

Referente ao material coletado observou-se que os Terapeutas Ocupacionais têm se inserido no campo da saúde mental infantil, compondo a equipe de diversos dispositivos como os CAPSi, hospital, unidade de educação infantil, unidade de acolhimento, unidade básica de saúde, entre outros previstos na instituição da RAPS. Também foi possível perceber que em muitas situações as estratégias de intervenção se assemelham, podendo elencar o brincar como o mais utilizado nas práticas de atendimento

É importante destacar as contribuições da Terapia Ocupacional e sua atuação direta na saúde mental infantil, valorizando a singularidade da criança, promovendo o seu desenvolvimento com o intuito de proporcionar a (re)inserção no cotidiano e comunidade. Portanto, torna-se necessário mais estudos teóricos e empíricos que possibilitem evidências sobre a prática do Terapeuta Ocupacional.

REFERÊNCIAS

Almeida, R. S. (2019) *Saúde mental da criança e do adolescente*. 2. ed. Barueri: Manole.

Barata, D. A. et al. (2010). Coordenação de grupos de terapia ocupacional em enfermagem psiquiátrica – relato de supervisão realizada com uma estagiária. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos*, 18(2), 181-190.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. 1ª edição. São Paulo.

Benetton, J. M. (1991). Uma abordagem psicodinâmica em Terapia Ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 2(3), 55-9. Recuperado de <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-112560>

Bontempo, K.S. & Lobato, B.C. (2022). Luto infantil: contribuições da terapia ocupacional. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 6(3), 1224-1230. doi:<https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto41623>

Brasil. (2005). *Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Brasília, Editora do Ministério da Saúde.

Brasil. (2010). *Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial*. Brasília. 2010. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_4_conferencia_saude_mental.pdf

Brunello, M. I. B. (2002). Terapia ocupacional e grupos: uma análise da dinâmica de papéis em um grupo de atividade. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(1), 9-14. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v13i1p9-14>

Bueno, K. M. P. et al. (2021). Práticas de terapia ocupacional na rede de saúde mental da criança e do adolescente. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2173>

Bueno, A. R. (2013). *Terapia ocupacional no campo da saúde mental -juvenil: revelando as ações junto aos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi)* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Carlos].
<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6871/5042.pdfsequence=1&isAllowed=y>

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO. (2009). Resolução do COFFITO nº 408, de 18 de agosto de 2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde Mental e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.

Cordeiro, A. M. et al. (2007). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, 34, 428-431. <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>

Couto, M. C. V. et al. (2008). A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 30, 390-398. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000400015>

Couto, M. C. V. & DELGADO, P. G. G. (2015). Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. *Psicologia clínica*, 27. 17-40. <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100002>

Creswell, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Cunha, C. C. & Boarini, M. L. (2011). O lugar da criança e do adolescente na Reforma Psiquiátrica. *Revista Psicologia e Saúde*, 3(1). Recuperado de <https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/83>

Farias, A. Z. et al. (2021). Ser e estar criança em um grupo terapêutico a partir do movimento vital expressivo (MVE): um relato de experiência. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 5(4), 639-646. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto42335>.

Fernandes, A. D. S. A. et al. (2019). A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27, 454-461. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1660>

Fraga, M. N. O. et al. (2006). Reforma psiquiátrica brasileira: muito a refletir. *Acta Paulista Enfermagem*, 19, 207-211. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002006000200013>

Giardinetto, A. R. S. B. et al. (2009). A importância da atuação da terapia ocupacional com a população infantil hospitalizada: a visão de profissionais da área da saúde. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, 17(1), 63-69.

Gonçalves, A. O. et al. (2023). Políticas públicas à infância e adolescência: um olhar aos serviços de acolhimento. In: *Anais da 7ª Jornada Internacional de Políticas Públicas*, Maranhão, MA.

Jorge, M. A. S. et al. (2014). *Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para a prática profissional*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

Jurdi, A. P. S. et al. (2014). Oficina de Atividades para Acompanhantes em um serviço de saúde mental infantil - intervenções da terapia ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 25(1), 88-93. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i1p88-93>

Leandro, V. A. & Pereira, A. M. S. (2009). Intervenções em Terapia Ocupacional em casas-lares com crianças pré-escolares vítimas de violência doméstica: relato de experiência. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos*, 17(1), 53-62.

Lopes, A. M. & Corrêa, V. A. C. (2013). Processos de perda, luto e a assistência da Terapia Ocupacional nas situações de escalpelamento. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos*, 21(2), 313-324. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2013.033>

Mângia, E.F. & Nicácio, F. (2001) Terapia ocupacional em saúde mental: tendências principais e desafios contemporâneos. In: DE CARLO, M.M.R.P. & BARTALOTTI, C.C. (2001) *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas* (pp. 63-80). São Paulo: SP, Plexus.

Matsukura, T. S. (2010). A aplicabilidade da terapia ocupacional no tratamento do autismo infantil. *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 6(1), 25-47. Recuperado de <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/309>

Matsukura, T.S. (2007) Práticas de terapia ocupacional em saúde mental infantil: ampliando o alcance sob o enfoque de mecanismos de risco e proteção. In: *10º Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional: contextos, territórios e diversidades*, Goiânia, GO.

Mesman, E. et al. (2021). Resilience and mental health in children and adolescents: an update of the recent literature and future directions. *Current Opinion In Psychiatry*, 34(6), 586. <https://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000741>

Padovan, T. (2014) *Saúde Mental na infância e as atuações da Terapia Ocupacional: revisão da literatura*. [Monografia, Universidade de São Paulo]. <https://docs.bvsalud.org/biblioref/ses-sp/2014/ses-31775/ses-31775-5825.pdf>

Portaria nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html

Ramires, V. R. R. et al. (2009). Saúde mental de crianças no Brasil: Uma revisão de literatura. *Interação em Psicologia*, 13(2), 311-322. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v13i2.7601>

Ribeiro, M. B. S. et al. (2008). Relato de experiência de aprimorandas do programa de terapia ocupacional em saúde mental numa enfermaria de pediatria. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos*, 16(2), 113-121.

Ribeiro, M. C. & Machado, A. L. (2008). A Terapia Ocupacional e as novas formas do cuidar em saúde mental. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 19(2), 72-75. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v19i2p72-75>

Silva, M. R. et al. (2020). A terapia ocupacional pediátrica brasileira diante da pandemia da COVID-19: reformulando a prática profissional. *Revista Brasileira de Terapia Ocupacional*, 4(3), 422-437. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto34171>

Souza, L. B. et al. (2019). Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27(2), 251-269. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1812>

Taípe, C. M. M. (2019) *O Brincar como recurso terapêutico na Terapia Ocupacional em saúde mental: relato de um caso de ansiedade na infância*. [Monografia, Universidade de São Paulo]. https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/05/997889/pap_taipecmm_2019.pdf

Vicentin, M. C. G. (2006). Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v 17(1), 10-17. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v17i1p10-17>

Wachholz, S. M. S. & MARIOTTI, M. C. (2009). A participação do terapeuta ocupacional na Reforma Psiquiátrica e nos novos serviços de saúde mental. *Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos*, 17(2). Recuperado de <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/104>

Winnicott, D. W. (1971). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, RJ, Imago.

Zen, C. C & Omairi, C. (2009). O modelo lúdico: uma nova visão do brincar para a terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 17(1), 43-51.